



# Marcha a Brasília

Ao todo 21 servidores, dos 20 Campi que o Sindsifce representa, na região metropolitana de Fortaleza e interior do estado participaram no dia 24 de abril, da Marcha a Brasília, dentre eles os representantes do Sindsifce Venício Soares (Limoeiro do Norte), Fabiana Lima (Quixadá), Thiago Oliveira (Caucaia), Moacir Caldas (Fortaleza), Paulo Hyder (Quixadá) e Geraldo Venceslau (Fortaleza). Embora a solicitação de consulta aos filiados sobre a participação na marcha tenha sido feita a todos os 20 (vinte) campi, algumas unidades do IFCE não enviaram representantes para a Marcha.

Participaram da Marcha os servidores Antônia Elizabeth de Souza, Eduardo Lima dos Santos, Elaine Vieira da Silva, Evandro de Lima Rodrigues, Fabiana dos Santos Lima, Francisca Marta Mendes Oliveira, Francisco Glauco Gomes Bastos, Francisco Samuel Pinheiro Sales, Francisco Thiago de Oliveira Leite, Geraldo Venceslau da Silva, Glácio Souza Araújo, José Alves de Oliveira Neto, Marcelo Tobias Vieira de Araújo, Marco Henrique de Brito Mudo, Mayara Cely Paulo da Silva Medeiros, Moacir da Silva Caldas, Paulo Hyder da Silva Andrade, Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira, Roberto Henrique Dias da Silva, Shirliane da Silva Aguiar e Venício Soares de Oliveira dos campi de Aracati, Baturité, Camocim, Caucaia, Crateús, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixadá, Tauá, Tianguá, Ubajara, Umirim e Fortaleza.

Nesta importante data, a Esplanada dos Ministérios esteve tomada por trabalhadores dos setores público e privado, representantes de movimentos sociais, populares e rurais, bem como de estudantes, todos com muita vontade de lutar contra a política instituída pelo Governo Dilma e contra a crise que já chegou

ao nosso país.

O Sinasefe esteve presente nesse ato com cerca de 200 militantes, atendendo ao chamado da nossa Central, CSP-CONLUTAS, e também a partir da vontade demonstrada na última PLENA do Sindicato Nacional. Muitos inclusive percorreram mais de cinco mil quilômetros das suas regiões até Brasília e voltam às suas



casas satisfeitos por terem composto a multidão de mais de 200 mil ativistas na Capital Federal.

A Marcha teve como principais bandeiras: Contra o Acordo Coletivo Especial (ACE), que substituiu o legislado pelo negociado; Pela revogação da Reforma da Previdência de 2003, patrocinada pelo Mensalão; Contra o Fator Previdenciário e contra a tentativa do governo substituí-lo pela Fórmula 85/95 e 95/105, que pretende aposentar os trabalhadores cada vez mais tarde; Por uma política salarial para os Servidores Federais que estabeleça uma data base e o reajuste anual; entre outras demandas do movimento.

Durante a manifestação assinaturas foram colhidas junto à população pela revogação da Reforma da Previdência patrocinada pelo Mensalão obtida por votos de parlamentares corruptos, comprados dentro do Congresso Nacional. Quando a passeata esteve em frente ao

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Acordo Coletivo Especial – ACE foi simbolicamente enterrado, projeto este que tentava trocar as garantias legais por acordos que permitiriam abusos à classe trabalhadora.

A passeata superou as expectativas de todos. Segundo Francisca Marta Mendes esse tipo

campanha salarial de 2014”. A Plenária dos SPF tem data prevista para 26 de maio.

Além da CSP-Conlutas, estiveram presentes a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre - ANEL, a Associação Democrática dos Aposentados e Pensionistas – ADMAP, A CUT Pode Mais (Corrente em oposição à majoritária da CUT), Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – Cobap, Confederação Nacional de Trabalhadores da Alimentação - CNTA, Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – Feraesp.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, o Movimento Sem Teto do Brasil – MSTB e o Movimento Terra e Liberdade – MTL que também colaboraram com a grande movimentação conjunta aliados as demais entidades sindicais de diversos setores, a exemplo das de educação Andes e Fasubra.

Shilton Roque, Coordenador Geral, reconheceu que o Ato foi um marco ao passo que demonstrou a força da classe trabalhadora combativa e classista denunciando que as políticas atuais não estão no cenário em que afirmou as outras centrais no mês passado.

A grande integração do Sinasefe unindo-se com diversificados movimentos sociais foi uma estratégia crucial, pois mostrou para o governo que o povo esta se reagrupando, segundo o Coordenador Geral Silvio Rotter.

Fonte: Sindsifce com informações do Sinasefe



## Fórum do SINDSIFCE reúne servidores

O Sindsifce realizou no dia 19 de abril, no IFCE campus Fortaleza, o 1º Fórum de Avaliação Docente- Ciclo de Debates. O Fórum contribuiu com a formação política dos servidores do IFCE. Como resultado, o Fórum de Avaliação Docente propôs a formação de Grupo de Trabalho, que terá como função propor um conjunto de ações para disseminar o debate nos Campi e produzir diretrizes e propostas para subsidiar as negociações sobre o tema com a Reitoria do IFCE.

### Mesa 1: Avaliação Docente no Contexto da Nova Lei (12.772/12): Desafios e Perspectivas



No turno da manhã, no Auditório Castelo Branco, os palestrantes Antônio Gonçalves Filho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e Fabiano Godinho Faria (Sinasefe) debateram sobre a Avaliação Docente no Contexto da Nova Lei (12.772/12): Desafios e Perspectivas.

O diretor Diego Gadelha, um dos coordenadores do Fórum do Sindsifce, realizou a abertura do fórum com os seguintes questionamentos: O que entendemos por avaliação docente? Quais critérios de avaliação serão utilizados pelo MEC e IFCE? Qual a função

pedagógica da avaliação docente? A primeira palestra foi proferida pelo vice-presidente da Regional Nordeste 1 (ANDES) e professor da Universidade de Medicina do Maranhão, **Antônio Gonçalves Filho**.

De acordo com o professor Antônio Gonçalves Filho, a proposta do governo estava muito distante daquilo que o Andes defende para as instituições federais de ensino e para a educação no Brasil. Ele citou alguns princípios do Andes como a autonomia e funcionamento democrático da universidade, com base em colegiados e cargos de direção

eletivos. “A avaliação deve ser participativa e emancipatória, constituindo-se em instrumento de democratização” e ressalta “É preciso chamar a comunidade para discutir seus objetivos e metas para serem pactuadas. A gente defende (a Andes) que sejam criados conselhos sociais em cada estado formado por diversos representantes da sociedade civil, no qual a instituição se insere.

Esses conselhos terão caráter autônomo e construtivo tendo como principal finalidade contribuir para formação de políticas acadêmicas, administrativas e financeiras das instituições de ensino”, explica.

Os conselhos, segundo a explanação do professor e proposta do Andes, seriam convocados a cada dois anos ou a qualquer momento pela instituição de ensino. Nas instituições existiram plenárias formadas por estudantes professores e técnicos administrativos para analisar e opinar sobre as decisões do conselho social que irão tratar da avaliação institucional composta de forma paritária pelos três segmentos da comunidade

universitária (estudantes, professores e técnicos administrativos) e também dos órgãos colegiados superiores e das unidades de ensino, sendo que o número de pessoas da comunidade universitária seja superior ao dos colegiados.

Depois foi a vez do professor **Fabiano Faria** do IFRJ, membro da comissão nacional dos docentes do Sinasefe, que falou sobre o plano de carreira docente. “O governo defende a nova carreira, pois isso estimula a competitividade no serviço público e que ainda não conseguiu atribuí-la de fato, mas o germe já está implantado na carreira” e explica “Não está garantido que todos os servidores possam chegar até o final da carreira que era a proposta do SINASEFE, antes a nossa carreira tinha 16 níveis, com interstício de 18 meses, mas passou para 13 níveis, ou seja, 12 níveis +1 (carreira) com 24 meses de interstício. A classe titular é uma nova classe, mas só será alcançada se tiver o doutorado”, finaliza.

## Mesa 2: Orçamento Público Brasileiro, Lutas e Perspectivas para os Trabalhadores



Paulo Barela

Rodrigo Ávila

Já na parte da tarde, ocorreu o 1º Ciclo de Debates, no Auditório da Mecânica – L M T 1, com o tema “Orçamento Público Brasileiro, Lutas e Perspectivas para os Trabalhadores” que foi proferido por Rodrigo Ávila (Brasília) e “Campanha Salarial 2013” por Paulo Barela (ConLutas - SP).

O Economista Rodrigo Ávila falou da Dívida Pública do Brasil. De acordo com o economista, atualmente, 44% de todo o Orçamento da União é direcionado para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, ou seja, um total de R\$ 750 bilhões por ano, sendo que de 2011 para 2012 houve um aumento de R\$ 40 bilhões para o governo federal pagar a dívida. “Esta sangria do dinheiro público para o setor financeiro é muito mais do que se investe em saúde, educação e em reforma agrária no Brasil. A dívida pública está em torno de R\$ 2,8 trilhões que é um número assustador e que só tende a crescer no futuro”, explicou Rodrigo Ávila. O palestrante demonstrou um histórico analítico sobre os gastos com a dívida pública com o gráfico do Orçamento Geral da União de 2012 (juros e amortizações de dívidas com 43.98% e

previdência social 22,47% contra 3,34% para educação e saúde).

Paulo Barela da Secretaria Executiva Nacional da CSP-ConLutas falou sobre a Previdência Social, o Acordo Coletivo Especial e a Campanha Salarial 2013. A reforma da previdência de 2003, aprovada quando era operado o esquema do mensalão, retomou algumas medidas que não haviam sido aprovadas por FHC, em 1999. Foi a quarta reforma previdenciária, num ciclo iniciado por Fernando Collor de Melo, passando por FHC, quando aconteceram outras duas mudanças, Lula e agora Dilma Rousseff. O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou no chamado julgamento do Mensalão que a aprovação da reforma da Previdência, em 2003, no primeiro mandato de Lula, foi realizada com a compra de votos de parlamentares. De acordo com Barela, neste momento, as entidades dos servidores públicos estão intensificando a mobilização em torno da campanha pela anulação da reforma.

O calendário de mobilização para coleta de assinaturas no abaixo-assinado tem até o dia 30 de maio de 2013, como prazo

limite. A reforma reduziu direitos previdenciários dos servidores ao instituir a taxação de aposentadorias e pensões, aumentou o tempo necessário para a requisição da aposentadoria e pôs fim ao benefício integral. Acesse o site: <http://www.peticaopublica.com.br/?pi=emenda41>

A luta contra o Acordo Coletivo Especial (ACE) é um elemento determinante na conjuntura, porque os setores conciliadores acham que a saída para a crise econômica mundial passa pelo sacrifício dos direitos da classe trabalhadora. Esse projeto define que sindicatos e empresas poderão estabelecer acordos em que o negociado vai passar a valer independente do que está na lei. Ou seja, o que for negociado entre sindicatos e empresas valerá mais do que os direitos contidos hoje na

legislação trabalhista, como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A Campanha Salarial foi lançada no dia 20 de fevereiro. Um ato político em frente ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Barela ressaltou a importância da Marcha a Brasília, no dia 24 de abril, que na oportunidade defendeu as seguintes bandeiras de luta: Pela anulação da Reforma da Previdência de 2003 (também Fórmula 85/95 que visa impor a combinação de tempo de contribuição e idade para a aposentadoria e pelo combate ao Acordo Coletivo Especial – ACE), entre outras lutas.

**A diretoria do SINDSIFCE agradece a todos os servidores que participaram do fórum.**

### Expediente

Esta publicação é de responsabilidade do Sindsifce

Endereço: Rua Aratuba, nº2142, Casa E. Bairro: Benfica

**Fotografia e Ilustração:**  
Arquivo SINDSIFCE

**Produção e diagramação**  
Setor de Comunicação

**Diretoria Colegiada**

**Coordenador Geral de Formação Política e Relações Sindicais**  
Venício Soares

**Secretário de Política Sindical**  
Davi Moreno

**Secretário de Política de Pessoal**  
Diego Gadelha

**Secretário de Organização dos Campi**  
Thiago Oliveira

**Coordenador Geral de Administração, Finanças e Patrimônio**  
Raimundo Nonato Araújo

**Secretário de Finanças**  
Moacir Caldas

**Secretários de Assuntos Jurídicos**

George Harrison Bastos

**Coordenador Geral de Comunicação**  
Inácio Alves

**Secretário de Imprensa e Divulgação**  
Lourival Soares

**Secretário de Assuntos Educacionais, Culturais e Desportivos**  
Fabiana dos Santos Lima

**Suplentes**  
Guttemberg Ferreira  
Paulo Hyder  
José Willian  
Maria Ozirene  
Geraldo Venceslau

**Secretarias**  
Marcela Evangelista  
Vera Lopes

**Assessoria Jurídica**  
Escritório Gomes & Uchôa